

## LIVROS SOLICITADOS PARA A INFÂNCIA ESCOLAR: PROVÍNCIA DE GOIÁS (SÉCULO XIX)

Diane Valdez  
(Faculdade de Educação/UFG)  
[dvaldez@fe.ufg.br](mailto:dvaldez@fe.ufg.br)

Ana Flávia Rodrigues  
(Faculdade de Educação/UFG)  
[rodrigues.flavinhaana@gmail.com](mailto:rodrigues.flavinhaana@gmail.com)

Wanessa Andrade de Oliveira  
(Faculdade de Educação/UFG)  
[wanessandrade@hotmail.com](mailto:wanessandrade@hotmail.com)

### Apresentação

O texto em questão, *Livros, solicitados para a infância escolar: Província de Goiás (Século XIX)*, é resultado do primeiro mapeamento de materiais impressos publicados para as crianças que freqüentavam as escolas de primeiras letras, ou a instrução primária, na Província de Goiás no século XIX. Este texto integra o Núcleo ‘Infância’ que faz parte do projeto de pesquisa: *Projeto Educacional da Sociedade Goiana do século XIX*, pesquisa aprovada e contemplada com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) <sup>1</sup>.

O levantamento das obras inclui diferentes materiais, conforme a exigência da legislação educacional da época: cartilhas, livros de leitura, gramática, aritmética, doutrina cristã e outros. A pesquisa foi realizada, sobretudo, no Arquivo Histórico de Goiás (AHG), tendo como referência documentos como listas de solicitações de objetos escolares, ofícios e outros documentos que solicitavam materiais para o ‘expediente escolar’. Listas que, em sua maioria, eram elaboradas por professores e enviadas para a Diretoria Geral da Instrução.

Após o mapeamento e identificação das obras, o projeto prevê uma busca de exemplares das obras em baús familiares, escolas, arquivos etc. O próximo passo é digitalizar partes das obras e colocar à disposição de pesquisadores que investigam sobre a história da instrução primária em Goiás e em outras regiões. O processo de digitalização já foi iniciado com algumas obras que conseguimos obter nos sebos e baús familiares. Assim, em breve, esse material estará disponível no arquivo do *Museu virtual da educação* da Faculdade de Educação da UFG que está sendo reativado.

---

<sup>1</sup> O grupo em questão é coordenado pela professora Dra Valdeniza Maria Lopes da Barra (FE/UFG), e é formado por quatro núcleos temáticos: Cultura material escolar, Formação de Professores, Infância e Processos educativos extra-escolares. O Núcleo ‘Infância’ abriga o projeto que apresentamos nesse texto. A pesquisa privilegia um conjunto documental manuscrito e impresso encontrado no Arquivo Histórico Estadual de Goiás (AHE-GO) e Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC).

Ao propormos um projeto que tem por intenção mapear as obras para a infância que circulavam em Goiás durante um tempo de longa duração, um século, é importante destacar a configuração e as representações que circulavam no processo de instrução da sociedade brasileira neste período. A província de Goiás não estava isolada do contexto nacional. Contudo, acreditamos que há particularidades em uma região que teve o processo de colonização iniciado no século XVIII. Dois séculos após a colonização de uma boa parte das outras regiões brasileira.

O texto está organizado em três partes. Na primeira parte *Livros para a infância: fontes para a escrita da história da educação* procuramos registrar alguns comentários a respeito do livro como fonte para a escrita da história da educação. Em seguida, no item *Fontes que ofereceram pistas de livros que circulavam nas terras goianas* destacamos os documentos que investigamos para obtermos os dados pretendidos. Nessa parte listamos também os livros mais solicitados e as justificativas, argumentos que sustentavam o pedido dos mesmos. Por fim, incluímos algumas considerações finais, destacando que a pesquisa está em curso e que a intenção foi de socializar os primeiros resultados.



## **1. Livros para a infância: fontes para a escrita da história da educação**

Apesar de ser uma fonte reveladora, a pesquisa utilizando a literatura escolar durante muito tempo foi negligenciada pelos historiadores, tanto pelo desconhecimento como pelo fato de muitas dessas obras – sobretudo as do século XIX – se encontrarem dispersas e não estarem catalogadas nas bibliotecas.

Essas limitações dificultaram e ainda dificultam um estudo mais sistemático sobre a história da literatura didática no Brasil, pois, os livros escolares são geralmente considerados objetos sem valor por serem efêmeros, dessa forma eles são abandonados ou negligenciados, restando muitas vezes os catálogos que nem sempre são confiáveis, como bem afirma Arroyo:

Os livros colhidos nas páginas dos catálogos antigos são de difícil consulta. Somente o acaso nos leva a encontrá-los. Embora a obrigatoriedade de entrega de exemplares à Biblioteca Pública Nacional e, nas províncias, à Biblioteca da Capital, date de 1847, a verdade é que tal dispositivo

legal não parece ter sido cumprido à risca. Trata-se do decreto de 3 de julho de 1847, de n. 433 que estabelecia a obrigatoriedade daquela remessa aos impressores: um exemplar de todos os impressos que saírem das respectivas tipografias. Não foi ele respeitado talvez nunca. Não houve fiscalização a respeito e isso explica a ausência de tantas obras impressas das estantes das nossas bibliotecas oficiais (1990: p.81)

Apesar dessas dificuldades, Chopin defende que nos últimos vinte anos houve um avanço considerável na pesquisa histórica sobre o livro e as edições escolares em vários países, foi a partir do final da década de 70 que os historiadores manifestaram real interesse por essa fonte:

Se os manuais foram por muito tempo negligenciados pelos historiadores, é também porque foram considerados como simples espelho da sociedade do qual procedem – uma concepção de resto bem ingênua – ou como vetores ideológicos e culturais. O fim da década testemunha essa tomada de consciência com a publicação, quase concomitante, de contribuições que sublinham a importância que revestiu o manual como fonte para os historiadores da educação, em diferentes países (2002: p.9/10).

Essa fonte legitimada como guardiã constitui-se em um lugar de memória privilegiado, pois através de seus textos e imagens, consolidam conceitos no imaginário social, construindo uma representação globalizadora e ordenada da sociedade. Nunes (1996:68), que igualmente utilizou essa fonte em sua pesquisa sobre a disciplina História da educação, argumenta sobre o porquê da escolha: “Focalizamos os livros, no entanto, por considerá-los como os principais mediadores do ato pedagógico, instrumentos materiais e simbólicos que guardam múltiplos significados e permitem uma leitura diversificada.”

Os documentos em questão podem servir de pistas para identificarmos visões de mundos peculiares na história, um campo dinâmico e sempre passível a revisões, como bem registrou Marrou:

O conhecimento histórico, aspecto particular do conhecimento do homem, é essencialmente moveição e sempre provisório. Nossas idéias a respeito do mundo e da vida não cessam de transformar-se: não há assunto histórico que não seja necessário retomar periodicamente para reenquadrá-lo numa perspectiva exata, por haver modificado, entrementes a visão do conjunto. (1971 p. 03).

Com esses cuidados, com essas preocupações, é que nos empenhamos em investigar a dinâmica da circulação dos livros para a infância na Província de Goiás. Com a possibilidade de incentivar futuras investigações no campo educacional goiano e ampliar assim os estudos que privilegiam a história da infância escolar na região.

## **2. Fontes que ofereceram pistas de livros que circulavam nas terras goianas**

Em relação às fontes que nos deram pistas para encontrar as obras, além da literatura, biografia e romances, encontramos registros de obras nas ‘listas de solicitações de objetos para as escolas’.

Na literatura, citamos como exemplo os registros da poetisa Cora Coralina, que escreveu seus poemas tendo como referência sua memória de infância, vivida no final do século XIX. No poema *Vintém perdido* a poetisa goiana registrou:

Quanto daria por um daqueles velhos bancos onde me sentava a cartilha de “ABC” nas minhas mãos de cinco anos, quanto daria por um daqueles velhos livros de Abílio César Borges, Barão de Macaúbas e aquelas máximas de Marquês de Maricá aquela enfadonha tabuada de Trajano custosa demais para meu entendimento de menina mal amada e mal alimentada. Meus vinténs perdidos, tão vivos na memória (1985:32)

Cora, não foi adepta do mito da infância feliz, porém é interessante observarmos que, apesar das agruras de sua infância na escola, dos castigos físicos, das humilhações e do sentimento de inferioridade narrado, ela se referia aos livros do barão como algo que lhe causava saudades. Esses livros de que ela tanto sentia falta destacavam as ‘máximas do marquês de Maricá’ e buscavam os livros de leitura da enfadonha tabuada de Trajano. A poetisa lembrou, da mesma forma afetiva, outros livros inesquecíveis, os quais resumiam seus poucos bons momentos na infância, como as histórias de carochinha, um livro de capa escura, parda, dura e com desenhos em preto e branco.

Abreu (1978), ao escrever suas memórias da infância vivida em Curalinho, interior de Goiás, também no final do século XIX, ressaltou sua aprendizagem na série de livros de leitura do barão de Macahubas. O autor registrou dados de sua escola doméstica primária, destacando o mestre Virgílio, um mestiço de personalidade forte, o ‘terror da meninada’. A leitura se dava à custa de muitos castigos físicos. Além dos bolos da palmatória, o faltoso era posto na porta da escola, de braços abertos, tendo na cabeça um capacete de papelão com palavras alusivas à indisciplina e, sobretudo à leitura não correta. Abreu lembra que, quando o aluno concluía corretamente o Primeiro

livro de leitura, era promovido, com festas, à leitura do Segundo livro, ou seja, a primeira etapa estava vencida.

A literatura é uma excelente fonte para desvendar e conhecer, não somente os livros que circulavam na região, como também a relação dos leitores com os livros. Os apontamentos indicam relações diversas, como ritos de passagens na descoberta da leitura, relações de sofrimento, de ódio, de curiosidade e tantos outros sentimentos que merece um estudo mais aprofundado.

As ‘listas de solicitações de objetos para as escolas’, encontradas nas caixas de ‘documentos avulsos’ do Arquivo Histórico de Goiás (AHG), além de fornecer o nome das obras que nos interessava, é uma boa fonte para identificar as necessidades e o cotidiano das escolas do período.

Trata-se de uma fonte que, além de conter solicitações de livros, assinala outros tipos de materiais escolares, como por exemplo, tinta, pena, sineta, quadro, mobiliário etc. Os ‘Livros de pontos e “ditos” para matrículas’, por exemplo, é um material sempre presente nas listas. Trata-se de livros que demonstra a preocupação em registrar o movimento da escola, como, matrículas, presenças, faltas etc. Era por meio desse material que o diretor, ou professor, garantia o salário, pois lá estava o registro do cumprimento de sua tarefa. Os pedidos de livros desse tipo aparecem em todas as listas. Chegando mesmo, em algumas listas, a configurar como o único pedido das escolas. Encontramos vários documentos dos delegados literários confirmando o número de alunos e a presença do trabalho de cada professor, declarando que foram assíduos na sua função. Fatos verificados por meio do livro de ponto e ditos para matrícula.

As solicitações de objetos para o expediente escolar eram acompanhadas por uma lista de alunos que freqüentavam a referida escola, destacando os ‘pobres’. Ou seja, os pedidos eram para atender a população pobre. Em várias listas, nota-se que o número de alunos considerados ‘pobres’ era a maioria.

Podemos exemplificar essa passagem com um ofício, do mês de novembro de 1889, da escola do sexo feminino de Formosa da Imperatriz. O ofício solicitava 10 (dez) ‘Catecismos da doutrina cristã’, juntamente com a lista nominal das “alunas que freqüentam a escola e das que são pobres, a fim de que V. Exa. Se digne de pena que pela repartição competente seja satisfeita” (AHG – cx 193 – documentos avulsos/1870).

Na mesma lista continha 42 (quarenta e duas) alunas, das quais a metade, 21 (vinte e uma), eram consideradas ‘indigentes’. O termo que ‘se digne de pena’ era comum nessas solicitações, além do termo ‘indigente’ encontramos outras designações

que confirmavam o estado social dos alunos: ‘pobre’; ‘filhas de pais pobres’; ‘extremamente pobre’; ‘órfão de pai ou mãe’; ‘notoriamente pobre’; ‘não dispõe de recursos’ e outros. Vale ressaltar a preocupação anotada nas listas que, apesar da situação de pobreza, ‘todos/as freqüentam a escola constantemente’. Importante lembrar que a legislação do período garantia a doação de materiais escolares para os alunos pauperizados. Dessa forma era válido reforçar a pobreza dos alunos como forma de pressionar o governo a enviar os materiais necessitados.

Apesar da preocupação por parte dos solicitantes, em reforçar o estado de pobreza, isso não garantia o recebimento dos materiais, pois grande parte das listas que solicitavam obras escolares era acompanhada de observações que ressaltavam necessidade e urgência juntamente com pedidos do tipo: ‘no corrente ano ainda essa escola não foi dotada com o expediente’, ou reforçava que enviassem ‘com a maior brevidade possível’ e , até mesmo comparava ‘a escola da Vila próxima solicitou livros, já receberam e nós ainda não’.

Em uma das solicitações a professora registrou que assumia o material das alunas pobres na cidade de Corumbá de Goiás. Registrou ainda que os poucos livros já estavam ‘gastos’ pelo tempo e pela manipulação da meninada. Em outras listas os professores registravam e reclamavam da falta e condições para os alunos aprenderem. Em maio de 1892, um professor público de Bonfin (atual cidade de Silvânia) ao solicitar o envio de obras escolares, fez questão de registrar:

O ano passado receberam-se alguns exemplares de aritmética, mas de pouco serviram, visto como só continham regra sobre números inteiros e tabuada não podendo o professor executar nessa parte o regulamento que exige que se ensinem aos meninos números inteiros fracionários complexos sistema métricos, regras de três e simples; sendo mui difícil ao professor escrever pequenos resumos de aritmética, as quais contenham o erigido, por serem muitas as almas que podem estudar aritmética, não há remédio si não pedir o Santo Antonio Trajano ou Dr. Ascênsio Ferraz da Motta porque qualquer destes autores discorre mui bem sobre a aritmética elementar e suas obras contêm tudo o que erige o Regulamento em vigor.

Ass. O Prof Público Bonfin 27 de maio de 1892.

(AHG – cx 201 – documentos avulsos/1892)

Nota-se uma preocupação do professor em ressaltar que as obras de Aritmética solicitadas, tanto o ‘Santo’ Trajano, como a do Dr Ascencio, estavam em sintonia com as exigências do Regulamento escolar do período. Em sintonia com os poemas de Cora



Coralina, que registrou sobre ‘a enfadonha tabuada’ de Trajano, as listas apontam o uso desse material para ensinar aritmética para a meninada em Goiás.

Sobre o ensino de aritmética é importante ressaltar o lugar de destaque que as listas davam para as ‘Coleções de Tabuadas’. As solicitações eram constantes e, juntamente com os pedidos as justificativas da relevância de se aprender as quatro operações. Reivindicava-se também exemplares de ‘Tabuadas exatas’, alguns pedidos especificava o autor, como a ‘Tabuada de Antônio M. Barker’. Reforçando a necessidade de se aprender aritmética nas escolas goianas, solicitava-se materiais como: ‘Noção de aritmética’; ‘Sistema métrico’; ‘Coleção de algarismos’; ‘Perietaes’; ‘Alfabeto parietal’ e outros.

Ao comentar o conteúdo de Aritmética estabelecido pela legislação educacional em Goiás (1835-1887), Abreu destacou:

O passo inicial do ensino da Aritmética era a aprendizagem isolados números, concomitantemente com os primeiros exercícios da escrita (...). Após a aprendizagem dos números e da sua escrita, passava-se ao estudo da tabuada, que era cantada em coro; após esse estudo, seguia-se o ensino das quatro operações aritméticas. As operações aritméticas era feitas nas lousas (p.40)

A mesma autora destacou ainda que as aulas de aritmética eram referendadas pelo dia do ‘argumento’. Dias, muitas vezes sábados, dedicados especificamente para o ensino da aritmética, onde a meninada ‘cantava’ a tabuada em coro com altas vozes.

Da mesma forma, as listas destacam pedidos das obras de Abílio Cesar Borges, o barão de Macahubas<sup>2</sup>. Desde os anos setenta, as solicitações de exemplares do barão de Macahubas é uma constante nas solicitações. Importante ressaltar que, em Goiás, os livros de Abílio foram adotados oficialmente até a década de trinta do século XX, como afirmou A. Fleury, professor catedrático do Liceu, em artigo na *Revista de Educação* (1940)<sup>3</sup>.

Além dos livros seriados, como o Primeiro, Segundo e Terceiro livro de leitura do Dr. Abílio César Borges, os mais solicitados nas listas, reivindicavam também, exemplares da *Gramática Portuguesa* e *Os Lusíadas*, edição da obra portuguesa que

---

<sup>2</sup> Sobre a produção do barão para crianças ver nosso trabalho de doutoramento intitulado: “A representação de infância nas propostas pedagógicas do Dr Abilio Cesar Borges: o barão de Macahubas (1856-1891)”. Unicamp, 2006;

<sup>3</sup> Ao salientar que o ‘alicerce’ do edifício educacional era o material sólido e substancial, o professor registrou: ‘já possuímos e é ótimo’, fazendo referência aos cinco livros de Abílio, detalhando-os e tecendo inúmeros elogios a eles.

Abilio ‘adaptou para uso dos meninos’, retirando as partes que não achava conveniente para serem lidas, substituindo-as por pontinhos.

Pode-se justificar o uso das obras de Abilio nas escolas de Goiás pelo fato de que não havia, no século XIX, um número expressivo de obras escolares para crianças. Outro fato que pode ter contribuído para o autor ser solicitado, é a distribuição de obras gratuitas promovidas pelo autor. Na nossa pesquisa de doutorado sobre esse autor, verificamos que o mesmo distribuía suas obras para inúmeras províncias do Brasil. Nos relatórios provinciais, esta prática se confirmava. O Presidente de Goiás, em 1875, registrou que “O Dr. Abilio Cesar Borges fez donativos de 300 exemplares de seus livros 1º, 2º, 3º de leitura e de 400 de gramática elementar” (apud., MOACYR,1940, p.554).

Outra obra solicitada de forma regular nas listas, a partir dos anos oitenta, foi a série de *Livros de leitura* de Thomaz Galhardo, um dos primeiros alunos da primeira turma da *Escola Normal* de São Paulo, que ficou conhecido ao lançar a *Cartilha da infância* no início da década de oitenta do século XIX, a qual foi editada até a década de oitenta do século XX.

Dando seqüência as solicitações de livros de leitura seriados, nos anos noventa, já com mais opções de livros e de autores, as listas incluem pedidos de obras de Felizberto de Carvalho e de Romão Puigari e Arnaldo Barreto. Dentre esses autores citados, muitas de suas obras, sobretudo as coleções de livros seriados, além de terem sido adotadas em diversas províncias, o alcance das mesmas extrapolou o século XIX. No *Museu da Escola de Minas Gerais* possui um exemplar da 228ª edição da *Cartilha da infância* de Thomaz Galhardo, editada em 1987, o que demonstra que, durante um século, este livro alfabetizou inúmeras gerações.

O número de exemplares solicitados variava muito. Contudo, raramente ultrapassava duas dezenas. Em função do alto custo de livros no período, raramente era solicitado números elevados de exemplares. Daí a importância do mestre registrar o número de alunos. Isso poderia justificar a quantidade de obras solicitadas. Era raro o livro ser destinado a um aluno. Normalmente era usado por duplas, grupos e não saiam da escola ou da casa do mestre. Sobre isso Abreu alertou:

Na escola pública de Bonfin, regida pela professora Luiza Catarina Leal, havia apenas um livro: História de Simão de Nantua, que passava de aluno para aluno. Cada aluno lia um trecho

das lições de Simão de Nantua, que diziam, por exemplo: “pedra que gira não ajunta musgo”; “só é verdadeiramente pobre quem deseja mais do que tem”; “a ociosidade e a preguiça são os males da saúde e da felicidade”; “o trabalho cura a miséria e a economia impede que ela volte”

Outras obras eram solicitadas de forma esporádica. Era comum a solicitação de ‘Cartas de ABC’, sem especificar o autor, pois, não era comum esse tipo de material apresentar autoria. De forma mais constante solicitava-se simplesmente ‘Gramática’ e ‘Livro de leitura útil para alunas que lêem soletrando’ sem especificar autoria. Incluía também ‘Gramática e dicionário da Saraiva’ e a ‘Coleção completa de seleta latina’.

Sem autoria, porém solicitado em um número expressivo de listas, eram os livros de ‘história do Brasil’. Esses compêndios eram solicitados com vistas ao ensino secundário, por isso não vamos abordá-los nesse texto. O ensino de história, geografia e outros voltados para crianças, estavam contidos na coleção seriada de livros de leitura. Sobretudo, a partir do Terceiro livro de leitura.

Da mesma forma, esporadicamente, solicitava-se livros exigidos para o programa de exames de latim. Como o ‘Novo sistema de aprender a língua latina’ de Castro Lopes e clássicos de Ovídio, ditos de Horácio, de Virgílio etc. De forma mais rara, solicitava-se obras como Atlas, mapas e bandeiras. Os dois últimos se justificavam devido à necessidade de incentivar os meninos ‘o amor pela pátria’ e promover ‘a grandeza do estado central que promete tão risonho futuro’.

Como não poderia ser diferente, levando-se em conta a educação em um país que era oficialmente católico, as obras de ‘história sagrada’ e ‘Catecismos de doutrina’ eram constantemente solicitadas nas listas. O pedido de materiais que divulgavam a fé cristã católica eram obras imprescindíveis nas escolas goianas. Em algumas solicitações encontramos pedido de ‘cartilhas’ simplesmente sem especificar outras referências, depois percebemos que, por ser algo comum, era somente uma abreviação das ‘Cartilhas da doutrina Cristã’. Um material, aparentemente, muito utilizado nas escolas.

Aparecem também solicitações de ‘Compêndios de noções de catecismo’, e, em algumas listas este pedido era acompanhado de ‘Catecismo do Pará’; ‘Cartilha do Padre Antonio Pereira de Figueiredo’ e o ‘Novo método de ensino do Padre Antonio Pereira de Figueiredo’. Além dos compêndios de história sagrada, que na maioria não especificava autor. Até por volta de 1892 o número de pedidos de catecismos e cartilhas cristãs era bem maior que cartilhas de leitura ou tabuadas.

Enfim, essas são as primeiras pistas para pensarmos a circulação de livros para a infância goiana no século XIX. Certamente que merece melhores análises, atenção que daremos em trabalhos posteriores.

### **3. Algumas considerações finais**

Como já foi ressaltado, a intenção desse texto é de apresentar as obras para futuras produções e debates. Ao listar as obras, nota-se que muitas delas circulavam em outras províncias do Brasil. Nota-se ainda que não havia uma produção de livros específicos para a região. Assim como, não havia livros em grandes quantidades, pois as queixas de falta de obras para as crianças, bem como o uso de documentos e máximas para ensinar a leitura, indicam a pouca quantidade de obras existentes na província.

O que podemos afirmar, tendo como referência as fontes que buscamos, é o lugar importante que o livro ocupava no contexto educacional goiano. O livro era considerado um objeto redentor que daria saber e traria luzes a uma província que se encontrava isolada e distante dos grandes centros litorâneos. Essa crença no poder do livro como depositário privilegiado do saber escolar e objeto de viabilização dos projetos educacionais, incluindo a formação de professores e alunos, com poucas diferenças, transparecia nos discursos de grupos conservadores católicos, positivistas ou cientificistas republicanos em diferentes lugares do Brasil oitocentista.

Esta valorização partia do conceito que vigorava na França, no período da Revolução Francesa, de acordo com o qual um livro apropriado induziria a novos hábitos. O livro escolar deveria condicionar o leitor, refreando possíveis liberdades frente à palavra escrita. A permanência da concepção iluminista do poder da literatura escolar podia ser percebida no cuidado que a elite intelectual tinha em relação a isso, pois o livro escolar, diferentemente de outros, deveria resultar de um cuidadoso plano do poder constituído, articulado com outros saberes que definiam o saber escolar.

Tanto a necessidade de uma linguagem adequada para a infância como o número reduzido de livros, ressaltados de forma contundente pelas listas e outras fontes, afirmavam a importância deste material de forma generalizada. O Decreto Leôncio de Carvalho proclamou que a educação primária deveria ter caráter obrigatório e, para garantir a frequência de meninos pobres, determinava a necessidade de fornecer-lhes vestuário, livros e demais objetos necessários aos estudos. A distribuição de livros para alunos pobres, apesar de constar na legislação, não se efetivou de forma concreta, a

exemplo de tantas outras leis e regulamentos da instrução pública. Contudo o lugar do livro estava reconhecido também nas terras goianas, não diferente das outras províncias do Império brasileiro.

#### 4. Referências bibliográficas

- ABREU, E.P. *Currallinho: seus costumes e sua gente*. Goiânia: Oriente, 1978.
- ABREU, S.E.A. de. O ensino da escrita, da leitura, do cálculo e da doutrina religiosa nas escolas de primeiras letras da Província de Goiás no século XIX. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), Setembro/Dezembro 2008, n. 18, p.13-48;
- ALMEIDA, J. R. P. de. *História da instrução pública no Brasil: 1500 a 1889*. São Paulo: Educ/Inep-MEC, 1989.
- BITTENCOURT, C.M.F. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1993.
- CABRINI, C. *Memória do livro didático: os livros de Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 1994.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- CHOPIN, A. O historiador e o livro escolar. In: *História da educação*. Pelotas: ASPHE/Fae/UFPel, n 11, abril de 2002, p. 05/24.
- CORALINA, Cora. *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. São Paulo: Global, 1985.
- FAUSTO, B. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- GALVÃO, A.M.O. “A palmatória era sua vara de condão”: práticas escolares cotidianas (1890-1920). In: FARIA FILHO, L.M. (Org.) *Modos de ler/formas de escrever: estudos de história da leitura e de escrita no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.117-142.
- INÁCIO, F.P.S. *O mestre-escola e o Processo de publicização da escola em Goiás (1930-1964)*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- MOACYR, P. *A instrução e as províncias*. São Paulo: Nacional, 1939.
- TAMBARA, E. Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil. *História da educação*. Pelotas, n 11, p.25-51, abr. 2002.
- TEIXEIRA, A. Um educador: Abilio Cesar Borges. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.18, n.47, p.150-155, jul./dez.1952.
- VALDEZ, D. Virtudes, instrução e diversão: a infância no *Primeiro livro* de leitura de Felisberto de Carvalho (1892). *Revista Pro-Posições*, Campinas, v.16, n.1 pág. 167-194, jan./abr. 2005,
- VALDEZ, D. Livros de leitura para a infância: fontes para a história da educação brasileira (1868-1960). *Leitura: teoria e prática*, Campinas, nº 43, pág.17-22, set.2004.
- VALDEZ, D. *A representação de infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abilio Cesar Borges: o barão de Macahubas (1856-1891)*. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 2006.